

DIOGO TELLES AKASHI
Advogado em São Paulo, Pós-Graduando em Direito Constitucional
pela Escola Superior de Direito Constitucional - ESDC.
Especializado nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo,
Direito Tributário e Filosofia do Direito.

**REGIME E REFORMA DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SETOR PÚBLICO**

Comentários à Emenda Constitucional nº 41/2003

Letras Jurídicas Editora

351.84 (81)
A313r



Akashi, Diogo Telles

Regime e reforma da previdência social do setor público : comentários à emenda Constitucional nº 41/2003 / Diogo Telles Akashi. - São Paulo : Editora Letras Jurídicas : 2005.

ISBN 85-89917-12-6

Bibliografia.

1. Brasil – Serviços Públicos 2. Previdência social – Brasil I. Título
Índices para catálogo sistemático

1. Brasil : Previdência social : Setor público : Regime e reforma :
Direito administrativo previdenciário 34:368.4:35.08(81)

2. Brasil : Setor público : Previdência social : Regime e reforma :
Direito administrativo previdenciário 34:368.4:35.08(81)

351.84 (81)
A313r



Sumário

Capítulo 1 - Considerações Iniciais	17
1.Introdução	17
1.1.1 Evolução Histórica da Previdência do Setor Publico no Brasil	18
1.2 Seguridade Social	20
Capítulo 2 - Regime Geral de Previdência Social - RGPS	23
Capítulo 3 - Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	27
3.1 Beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social	29
3.1.1 Cargos em Comissão	30
3.2 Integralidade e Paridade	32
3.3 Custeio do Regime Próprio de Previdência Social	37
3.3.1 Contribuição Social dos Servidores Inativos e Pensionistas	40
3.4 Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social	44
3.4.1 Pensão por morte	46
3.4.2 Aposentadoria	47
3.4.2.1 Por Invalidez	48
3-4.2.2 Compulsória	50
3.4.2.3 Voluntária	50
3.4.2.3.1 Hipóteses para aposentadoria voluntária	51
Capítulo 4 - Regime de Previdência Complementar Publica – RPCP	59
Capítulo 5 - Emenda Constitucional nº 41/03 comentada	61
5.1 Art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/03	62
5.1.1 Poder Constituinte	62
5.1.2 Emendas Constitucionais	63
5.1.3 Limitações ao poder de reforma constitucional	65
5.1.4 Art.37, IX, da CF	66
5.1.4.1 Evolução do teto remuneratório na Constituição de 1988	67
5.1.4.2 Subtetos de remuneração	69
5.1.4.3 Direitos excluídos do teto remuneratório	71
5.1.4.4 Sistema Integrado de Dados relativos a remuneração	72
5.1.5 Art. 40, <i>caput</i> , da CF	73
5.1.5.1 Principio da Solidariedade	73
5.1.5.2 Contribuições ao Regime Próprio de Previdência Social	74
5.1.6 Art.40, § 1º da CF	76
5.1.6.1 Art.40, § 1º, I, da CF	77
5.1.7 Art.40, § 3º, da CF	77

351.84 (81)
A313r



5.1.8 Art.40, § 7º, I e II, da CF	79
5.1.9 Art.40, § 8º, da CF	79
5.1.10 Art.40, § 15, da CF	80
5.1.11 Art.40, § 17, da CF	81
5.1.12 Art.40, § 18,da CF	82
5.1.13 Art.40, § 19,da CF	83
5.1.14 Art.40, § 20,da CF	84
5.1.15 Art.42, § 2º, da CF	85
5.1.16 Art.48, XV, da CF	85
5.1.17 Art.96, II, b, da CF	86
5.1.18 Art.149, § 1º, da CF	87
5.1.19 Art.201, §12, da CF	88
5.2 Art. 2º, caput, da Emenda Constitucional nº 41 /03	89
5.2.1 Art. 2º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 41/03	92
5.2.2 Art. 2º, §§ 2º e 3º, da Emenda Constitucional nº 41/03	92
5.2.3 Art. 2º, § 4º, da Emenda Constitucional nº 41/03	93
5.2.4 Art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/03	93
5.2.5 Art. 2º, § 6º, da Emenda Constitucional nº 41/03	94
5.3 Art. 3º, caput, da Emenda Constitucional nº 41/03	94
5.3.1 Art. 3º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 41/03	95
5.3.2 Art.3º, § 2º,da Emenda Constitucional nº 41/03	95
5.4 Art. 4º, caput, da Emenda Constitucional nº 41/03	96
5.4.1 Art. 4º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 41/03	98
5.5 Art. 5º da Emenda Constitucional nº 41/03	99
5.6 Art. 6º, caput, da Emenda Constitucional nº 41 /03	100
5.6.1 Art. 6º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 41/03	102
5.7 Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/03	103
5.8 Art. 8º da Emenda Constitucional nº 41/03	104
5.9 Art. 9º da Emenda Constitucional nº 41/03	106
5.10 Art. 10 da Emenda Constitucional nº 41/03	108

Capítulo 6 - Apêndice 113

Quadro comparativo da Emenda nº 41/03 com o texto constitucional anterior	113
Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005	139
Emenda Constitucional nº 20, 15 de dezembro de 1998	145
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004	161
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998	171

Bibliografia 177

Índice Remissivo 179

351.84 (81)
A313r

